

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Adotar medidas
urgentes para combater
as alterações climáticas
e os seus impactos**

13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



➤ Panorama regional

- A mudança climática é o mais importante desafio para a humanidade no presente século. Suas causas e consequências demandam ações urgentes para atingir os objetivos do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média da Terra mediante um desenvolvimento com baixas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de adaptação a seus efeitos adversos, promovendo a resiliência climática.
- A América Latina e o Caribe assumiram um compromisso com a ação climática, têm matrizes energéticas e elétricas relativamente limpas e um grande potencial para as energias renováveis e dispõem dos minerais estratégicos e dos principais mecanismos setoriais necessários para a transição energética e a transição para a neutralidade em carbono, respectivamente. Mesmo com este contexto favorável, a região deve aumentar a velocidade de descarbonização entre quatro e cinco vezes para cumprir os compromissos de redução de emissões propostos nas contribuições nacionalmente determinadas (CND).
- Apesar de gerar apenas 10 % das emissões mundiais de GEE, a América Latina e o Caribe são muito vulneráveis aos efeitos da mudança climática, principalmente por sua localização geográfica e suas características socioeconômicas. Os esforços da região para se adaptar e reduzir a vulnerabilidade aos impactos da mudança climática se concentram nos setores altamente sensíveis à variação do clima, como os recursos hídricos, a biodiversidade e as zonas costeiras, a agricultura e a saúde.
- Registraram-se avanços importantes em termos da redução do risco de desastres (RRD). Todos os países da região dispõem de algum sistema de alerta precoce, 21 países contam com uma estratégia nacional de RRD e existe um financiamento mais adequado para responder às emergências. No entanto, persistem lacunas em termos de investimento na RRD, particularmente nos processos de reconstrução, no que se refere à cobertura territorial e na incorporação das ameaças. É necessário fazer um apelo a coordenar melhor as agendas em matéria de mudança climática, desenvolvimento sustentável e RRD na região.



➤ Dados essenciais da região

- A mudança no uso do solo, a silvicultura e a agricultura são causas de uma parte significativa das emissões regionais, devido à importância do setor primário e à escassa tecnificação dessas atividades na região; 58% das emissões de GEE da América Latina e do Caribe provêm da mudança no uso do solo (38%) e da agricultura, da silvicultura e outros usos do solo (20%). As emissões do setor energético representam 25% do total da região, incluindo a participação do transporte (11%), a geração e uso de eletricidade e outros setores¹.
- Os grupos populacionais de maior renda são os que emitem a maior proporção de GEE na região. No entanto, as populações de menor renda são as mais vulneráveis e as que sofrem mais as consequências, por não contar com os meios para se adaptar às novas condições do clima.
- A América Latina e o Caribe deverão aumentar de maneira significativa a velocidade de descarbonização de suas economias e passar de uma velocidade de descarbonização histórica média anual de 0,9% (registrada entre 2010 e 2019) a uma velocidade mais de quatro vezes maior (uma média anual de 3,9%), para alcançar os objetivos de redução de emissões propostos nas CND. De fato, para avançar no caminho que permita alcançar o objetivo de que o aumento da temperatura média mundial não supere 1,5°C, a velocidade de descarbonização da região deve ser 8 vezes maior do que a histórica².
- Mais da metade dos subsídios aos combustíveis fósseis na região estão dirigidos ao petróleo e aproximadamente 20% ao gás natural e ao uso final da eletricidade. Embora na última década tenha existido uma tendência a diminuir os subsídios aos combustíveis fósseis, em 2021 na região foram destinados 75,6 bilhões de dólares a esses subsídios, cifra que diminuiu para 56,6 bilhões de dólares em 2022, num contexto de fraco desempenho econômico. Somente cinco países da região estabeleceram um imposto nacional sobre o carbono, mas registra-se avanço na criação de mecanismos de mercados de carbono.

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), “Banco de datos regional para el seguimiento de los ODS en América Latina y el Caribe”, 2023 [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/banco-datos-regional-seguimiento-ods.html?lang=es> [data de consulta: 14 de dezembro de 2023].

² CEPAL, *The economics of climate change in Latin America and the Caribbean, 2023: financing needs and policy tools for the transition to low-carbon and climate-resilient economies* (LC/TS.2023/154), Santiago, 2023.



- A região é especialmente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, principalmente o Caribe, onde estes fenômenos podem provocar retrocessos importantes. Por exemplo, a Dominica sofreu danos e perdas equivalentes a 226% de seu PIB quando foi devastada pelo furacão Maria, em 2017. Apesar do avanço na redução do impacto dos desastres, os relatórios nacionais mostram que os países não estão no caminho para alcançar as metas do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030.

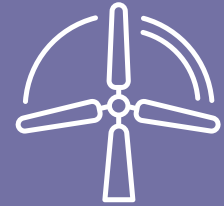
➤ Boas práticas da região

- Na América Latina e no Caribe, 29 dos 33 países apresentaram suas contribuições nacionalmente determinadas atualizadas ou apresentaram CND sucessivas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Adicionalmente, 15 países da região apresentaram seus planos nacionais de adaptação (PNAD) e oito países definiram sua estratégia de longo prazo. Destacam-se o Brasil, Chile, Granada, Santa Lúcia e Uruguai, que apresentaram também planos setoriais de adaptação.
- Na América Latina e no Caribe observa-se um aumento do nível de ambição em matéria climática em comparação com as primeiras CND que os países apresentaram em 2015. As metas climáticas da região para 2030 se situam entre 24% e 29% de redução das emissões em relação ao cenário sem mudanças e priorizam setores como a energia, o uso do solo, a mudança no uso do solo e a silvicultura, o transporte, a agricultura e os resíduos.
- A região registrou progresso no que se refere à institucionalidade e existem áreas que trabalham no âmbito da mudança climática em ministérios setoriais (como os de finanças, planejamento, energia ou agricultura) e em alguns bancos centrais. Também se avançou na tramitação de leis para enfrentar a mudança climática: 11 países contam com leis nacionais sobre mudança climática e outros quatro estão nesse processo.



- Os países da América Latina e do Caribe avançaram em termos do uso de ferramentas como os sistemas de informação geográfica (SIG) e a avaliação do risco de desastres. No entanto, persistem desafios relacionados à coleta e interoperabilidade dos dados e sua falta de desagregação por sexo, idade e condição de deficiência das pessoas.
- Na região, 21 países contam com uma estratégia nacional de RRD em concordância com o Marco de Sendai. Além disso, em 2019 foi criada a Rede de Câmaras de Comércio do Caribe (CARICHAM), com o propósito de obter uma maior colaboração entre atores em matéria da RRD e uma maior inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados dos diálogos, como os governos locais e a sociedade civil.
- A região apresenta avanços importantes no que se refere ao financiamento para responder às emergências, bem como na dotação orçamentária e financiamento para a RRD e para o fortalecimento da resiliência. No entanto, o declínio econômico se traduziu recentemente numa diminuição das dotações orçamentárias.
- Os países da América Latina e do Caribe avançaram na preparação para desastres. Destacam-se os sistemas de alerta precoce, como a iniciativa Risco Climático e Sistemas de Alerta Precoce (CREWS) no Caribe, que em 2022 e 2023 apoiou Equador, Peru e Trinidad e Tobago na implementação de seus sistemas de alerta precoce para múltiplas ameaças.
- Com o propósito de reconstruir para melhorar, destacam-se várias iniciativas, como a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com Antígua e Barbuda e Dominica, concentrada na reparação ou reconstrução de infraestrutura melhorando os padrões de construção, e o enfoque de recuperação adotado em 2018 pelos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), que enfatiza a necessidade de proteger as pessoas que estão em maior risco, salvaguardar a infraestrutura e melhorar a preparação operacional.

Energias renováveis



Mobilidade sustentável



Descarbonização



Alerta precoce



que disponham de financiamento suficiente. Este é um aspecto particularmente preocupante, sobretudo para as economias de muitos pequenos Estados insulares em desenvolvimento que dependem de indústrias únicas, como o turismo, onde cada choque externo pode ter impactos econômicos significativos.

- É necessário aumentar a conscientização sobre os custos e os benefícios de investir no fortalecimento da resiliência e a prevenção, bem como superar os desafios relacionados com a garantia dos direitos humanos no contexto da resposta aos desastres, inclusive as necessidades diferenciadas das pessoas com deficiência ou que vivem com doenças crônicas e a transversalização do enfoque de gênero.



A AMÉRICA LATINA E O CARIBE ASSUMIRAM UM COMPROMISSO COM A AÇÃO CLIMÁTICA, TÊM MATRIZES ENERGÉTICAS E ELÉTRICAS RELATIVAMENTE LIMPAS E UM GRANDE POTENCIAL PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS



Estatísticas regionais importantes

OBJETIVO 13 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Avanços na América Latina e no Caribe

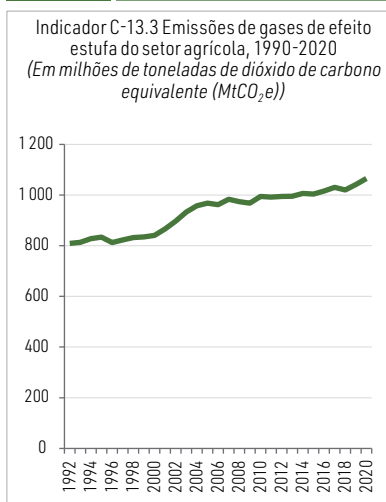
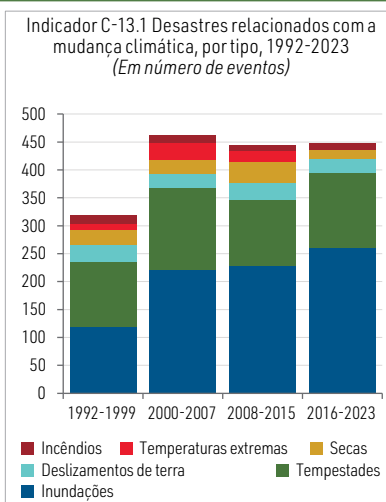
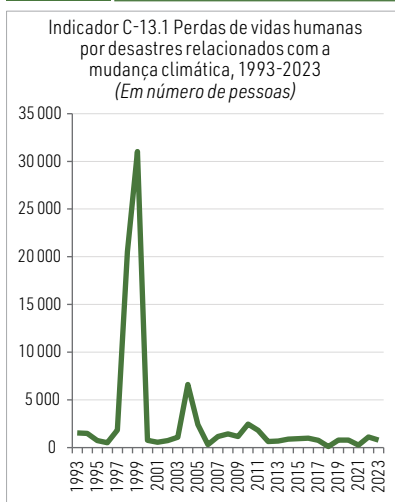


Meta 13.1 Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e aos desastres naturais



Meta 13.3 Melhorar a capacidade de combate à mudança climática

13.3



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual

ODS 13



13.2

13.3

13.1

13.a

13.b

- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual
- Sem semaforização

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do indicador respectivo.